

**RESOLUÇÃO N° 08/2004**  
(Publicada no Diário Oficial de 28/04/2004)

Alterada pela Resolução nº 13/04.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CONFECÇÕES CAMACAN LTDA.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder à indústria CONFECÇÕES CAMACAN LTDA., CNPJ nº 05.831.339/0001-53, instalada neste Estado, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 92% (noventa e dois por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CONFECÇÕES CAMACAN LTDA., nas operações de saídas de artigos de malharia, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.

**Nota:** A redação atual do inciso "I" do art. 1º foi dada pela Resolução nº 13, de 28/06/04, DOE de 30/06/04, efeitos a partir de 30/06/04.

**Redação original, efeitos até 29/06/04:**

*"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CONFECÇÕES CAMACAN LTDA., nas operações de saídas de artigos de malharia, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal."*

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 31 de dezembro de 1999 e revogando a Resolução nº 74/99 - PROBAHIA.

Sala de Sessões, 23 de abril de 2004.

**OTTO ALENCAR**  
Presidente